

em destaque:

Quo vadis, Europa?

Os eurodeputados reagiram ao **Livro Branco sobre o futuro da Europa** que o presidente da Comissão, **Jean-Claude Juncker**, apresentou no Parlamento Europeu. Vários parlamentares saudaram o facto de a Comissão ter delineado **cinco cenários** possíveis para o futuro da UE, enquanto outros criticaram o executivo comunitário por não ter escolhido o seu caminho preferido.

No início do debate, o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, afirmou que a celebração do 60.º aniversário do Tratado de Roma deve ser *“uma oportunidade para as instituições europeias ouvirem de perto os cidadãos de modo a dar resposta às suas preocupações”*.

O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker apresentou cinco respostas possíveis à pergunta **“Quo vadis Europa”** a 27.

Os cinco cenários traçados no Livro Branco sobre o futuro da Europa são:

1. Assegurar a continuidade
2. Restringir-se ao mercado único
3. Fazer «mais», quem quiser «mais»
4. Fazer «menos», com maior eficiência
5. Fazer muito «mais» todos juntos

“Não vos direi hoje a minha preferência, porque não me cabe a mim tomar essa decisão”, disse Jean-Claude Juncker, convidando o Parlamento Europeu, os parlamentos nacionais, os governos dos Estados-Membros e os cidadãos a contribuírem para o debate. A Comissão Europeia ouvirá as várias contribuições até setembro, altura em que Juncker fará o seu discurso sobre o estado da União perante o Parlamento Europeu. O presidente da Comissão irá também consultar os autores dos três relatórios do PE sobre o futuro da Europa.

ver pág. 4

Medicamentos acessíveis

O Parlamento Europeu aprovou um relatório no qual propõe uma série de medidas para **garantir o acesso a medicamentos** seguros, eficazes e inovadores, a preços justos.

ver pág. 3

Crianças refugiadas

Os deputados ao Parlamento Europeu pediram a criação de **ambientes seguros para as crianças refugiadas** não acompanhadas, incluindo a nomeação imediata de tutores, linhas de apoio e uma maior cooperação transfronteiriça, sobre o desaparecimento de crianças migrantes.

ver pág. 7

Pós-Brexit

Até que o Reino Unido deixe a UE, ele deve obedecer **às leis da UE sobre livre circulação**, disse a maioria dos deputados ao Parlamento Europeu em um debate plenário com a Comissão da UE. Os cidadãos da UE não deveriam ser utilizados como *“moeda de troca”* nas negociações do Brexit.

ver pág. 8

Índice

PE propõe medidas para assegurar medicamentos a preços justos e acessíveis.....	3
Futuro da UE: Eurodeputados debatem cinco cenários apresentados por Juncker.....	4
Crianças refugiadas desaparecidas: os Deputados pedem uma melhor protecção.....	7
O Reino Unido deve obedecer às leis de livre circulação da UE até deixar a UE, dizem os Deputados.....	8
Ordem do dia da Sessão.....	9

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

PE propõe medidas para assegurar medicamentos a preços justos e acessíveis

O Parlamento Europeu aprovou um relatório no qual propõe uma série de medidas para garantir o acesso a medicamentos seguros, eficazes e inovadores, a preços justos, reforçar a cooperação à escala europeia, aumentar a transparência dos procedimentos utilizados para determinar os preços e o reembolso e promover o investimento público na investigação.

Os preços dos novos medicamentos têm vindo a aumentar nas últimas décadas, limitando o acesso de muitos cidadãos europeus a esses fármacos e ameaçando a sustentabilidade dos sistemas de saúde nacionais.

“Os Estados-Membros e a Comissão lançaram algumas iniciativas pouco ambiciosas, de forma avulsa e sem qualquer coordenação, o que tem vindo a fragmentar ainda mais o mercado e gerar desigualdades no acesso aos medicamentos da generalidade dos cidadãos europeus”, diz a relatora do PE, a eurodeputada socialista espanhola Soledad Cabezon Ruiz.

“O envelhecimento da população, o surgimento de tecnologias inovadoras e dispendiosas e o rastilho da crise económica, que ameaça a sustentabilidade dos sistemas de saúde e que, por exemplo, não logrou garantir o acesso a medicamentos como o Sovaldi para a hepatite C em muitos países europeus, tornam necessário um debate a nível europeu e uma iniciativa parlamentar neste domínio”, explica a eurodeputada.

O relatório hoje aprovado por 568 votos a favor, 30 contra e 52 abstenções defende que o aumento da despesa no setor farmacêutico, bem como a assimetria que existe na capacidade de negociação e nas informações em matéria de preços entre as empresas farmacêuticas e entre os Estados-Membros, *“são fatores que pressupõem uma maior cooperação à escala europeia e novas medidas políticas, seja no plano europeu, seja a nível nacional”.*

Aumentar a cooperação, o investimento público e a transparência dos preços e reembolsos

Os preços dos medicamentos são, em geral, ajustados no quadro de negociações bilaterais e confidenciais entre a indústria farmacêutica e os Estados-Membros.

Os eurodeputados instam o Conselho e a Comissão a reforçarem a capacidade de negociação dos Estados-Membros de modo a assegurar *“um acesso aos medicamentos a preços abordáveis em toda a UE”.* Apelam também a uma maior transparência de custos em Investigação e Desenvolvimento (I&D), incluindo a proporção da investigação financiada por dinheiros públicos e a distribuição de medicamentos.

O PE exorta os Estados-Membros a colaborarem mais estreitamente para combaterem a fragmentação do mercado, a estabelecerem processos e resultados partilhados de avaliação das tecnologias de saúde e a definirem critérios comuns nas decisões relativas a preços e reembolsos a nível nacional.

A Comissão e os países da UE devem promover *“um grande investimento público na investigação realizada com base nas necessidades médicas não satisfeitas”,* assegurar aos cidadãos o retorno do investimento público no setor da saúde e estabelecer um financiamento condicional baseado no licenciamento não exclusivo e na acessibilidade dos preços dos medicamentos, diz o PE.

A assembleia europeia quer que a UE adote uma nova diretiva sobre a transparência para garantir a eficácia dos controlos e a *“total transparência dos procedimentos utilizados para determinar os preços e o reembolso dos medicamentos nos Estados-Membros”.*

O relatório aborda ainda questões relativas às patentes, ao sistema de autorização de medicamentos, aos genéricos, ao tratamento de doenças raras, à crescente resistência antimicrobiana e à necessidade de equilíbrio entre interesses públicos e privados, entre outros temas.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Zorrinho (S&D) *“Senhor Presidente, no momento em que se debate a visão para o futuro do projeto europeu, precisamos cada vez mais de ação para que os cidadãos europeus sintam este projeto como seu.*

Saúdo a relatora pelo excelente relatório que elaborou, mas agora é preciso passar à prática, e já! Os Estados-Membros têm de colaborar para combater a fragmentação do mercado. A Agência Europeia do Medicamento deve ser chamada, através do alargamento de competências, a apoiar este processo colaborativo. É necessária uma nova diretiva que garanta maior transparência dos procedimentos de fixação de preços e das garantias de reembolso.

Deve ser reforçado o esforço público de apoio e incentivo à investigação, em domínios como as doenças raras, que afetam nichos específicos, sendo depois esse esforço refletido na formação dos preços ou na perda de propriedade intelectual.

Para assegurar preços justos e acessíveis para os utentes e para os serviços de saúde, temos de estimular o uso dos medicamentos genéricos para aumentar a acessibilidade e apoiar a investigação em medicamentos inovadores para as doenças pediátricas.

A União Europeia e o projeto europeu tem de significar mais e melhor saúde para os seus cidadãos. Isso é possível e é absolutamente necessário”.

Carlos Coelho (PPE) *“O mercado farmacêutico na Europa tem sido caracterizado por um alto nível de regulação do ponto de vista da segurança mas por um controlo menos apertado do ponto de vista económico e da qualidade de inovação havendo alguns problemas no mercado que colocam em causa o actual sistema. Apoio o Relatório Ruiz por considerar importante proceder a uma avaliação do sistema de medicamentos e regulá-lo de modo a alcançar um equilíbrio entre o direito à protecção da saúde, a sustentabilidade dos sistemas de saúde, os interesses públicos e privados no sector e os incentivos à investigação. Concordo com a posição do Conselho de se proceder a uma análise do impacto global da propriedade intelectual nos domínios da inovação, da disponibilidade e acessibilidade dos medicamentos devendo neste aspecto haver coerência nas políticas da UE.”*

Futuro da UE: Eurodeputados debatem cinco cenários apresentados por Juncker

Os eurodeputados reagiram ao Livro Branco sobre o futuro da Europa que o presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, apresentou no Parlamento Europeu. Vários parlamentares saudaram o facto de a Comissão ter delineado cinco cenários possíveis para o futuro da UE, enquanto outros criticaram o executivo comunitário por não ter escolhido o seu caminho preferido.

No início do debate, o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, afirmou que a celebração do 60.º aniversário do Tratado de Roma deve ser *“uma oportunidade para as instituições europeias ouvirem de perto os cidadãos de modo a dar resposta às suas preocupações”.*

O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker apresentou cinco respostas possíveis à pergunta *“Quo vadis Europa”* a 27.

Os cinco cenários traçados no Livro Branco sobre o futuro da Europa são:

1. Assegurar a continuidade

2. Restringir-se ao mercado único
3. Fazer «mais», quem quiser «mais»
4. Fazer «menos», com maior eficiência
5. Fazer muito «mais» todos juntos

“*Não vos direi hoje a minha preferência, porque não me cabe a mim tomar essa decisão*”, disse Jean-Claude Juncker, convidando o Parlamento Europeu, os parlamentos nacionais, os governos dos Estados-Membros e os cidadãos a contribuírem para o debate. A Comissão Europeia ouvirá as várias contribuições até setembro, altura em que Juncker fará o seu discurso sobre o estado da União perante o Parlamento Europeu. O presidente da Comissão irá também consultar os autores dos três relatórios do PE sobre o futuro da Europa.

Esteban Gonzales Pons (PPE, ES) saudou a decisão de Juncker de apresentar o Livro Branco em primeiro lugar ao PE, salientando que a assembleia europeia deve estar inteiramente envolvida nos debates subsequentes. “*É altura de alinharmos as expectativas com a realidade*”, disse, pedindo aos Estados-Membros que deixem de culpar a Europa por aquilo que esta não pode fazer por não ter as ferramentas necessárias. O eurodeputado considera que esse é um jogo perigoso, sendo o Brexit uma das suas consequências. Gonzales Pons disse ainda que a Europa foi e será sempre o melhor instrumento para a paz e que o aniversário do Tratado de Roma deve servir para se reafirmar o compromisso com a UE.

Gianni Pittella (S&D, IT) disse a Juncker que, ao apresentar estas cinco opções como sendo cenários realistas, está a ceder aos que querem enfraquecer a União Europeia ou mesmo acabar com ela. “*Coloca cinco opções em cima da mesa, mas vejo apenas uma: trabalharmos em conjunto enquanto europeus e fazermos mais juntos*”, disse o eurodeputado, salientando a necessidade de um pilar social forte e de completar a união económica e monetária, entre outras medidas. “*A Comissão é a guardiã dos Tratados e do bem comum europeu. Peço-lhe que mostre liderança*”, concluiu.

Ulrike Trebesius (ECR, DE) considera que as anteriores expectativas na Europa e na zona euro foram vítimas do centralismo e de ilusões de grandeza. Para a eurodeputada, a UE deve concentrar-se num menor número de áreas políticas e tornar-se mais eficiente, por exemplo, no combate ao terrorismo e na proteção das fronteiras. “*Os tempos mudaram, precisamos de mais flexibilidade e de adaptar a arquitetura institucional*”, afirmou.

Guy Verhofstadt (ALDE, BE) defendeu uma reflexão interinstitucional sobre o futuro da Europa. O eurodeputado recordou que a UE não tem atualmente os instrumentos necessários para dar resposta a vários desafios, pedindo aos Estados-Membros que deixem de usar a unanimidade para bloquear decisões importantes para fazer avançar a União. “*Como podemos convencer os líderes europeus a dar o passo em frente de que precisamos com urgência?*”, perguntou. Verhofstadt considera que os cenários mais adequados são o quarto e o quinto.

“*Precisamos de ouvir os cidadãos*”, insistiu **Patrick Le Hyaric** (CEUE/EVN, FR), apelando a um outro cenário que tenha em conta as aspirações de justiça, igualdade, solidariedade e a proteção do ambiente e da saúde pública. “*De outro modo, não estaremos à altura do desafio*”, avisou.

Philippe Lamberts (Verdes/ALE, BE) propôs à Comissão que considere uma mudança radical de direção para acabar com as desigualdades. “*Devíamos discutir não a velocidade do veículo, mas o estado do seu motor*”, afirmou. O eurodeputado sugeriu que se avance no sentido da convergência e de uma prosperidade partilhada, abandonando-se a concorrência fiscal e social.

Gerard Batten (EFDD, UK) disse que a Comissão reconhece, no Livro Branco, os problemas enfrentados pela UE, mas que não percebe que muitos dos problemas foram criados pela própria UE.

Vicky Maeijer (ENF, NL) considera que a UE está à beira do colapso. “Nos Países Baixos dissemos não à Constituição europeia, dissemos não ao acordo de associação com a Ucrânia, e é tempo de dizermos não à Europa”, afirmou a eurodeputada.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Paulo Rangel (PPE) “Mr President, I would like to congratulate President Juncker on the decision to present the White Paper to the Parliament and to present it to the press in the presence of the Parliament. This is a good sign as it shows what you think about the future of Europe, namely that it has to be a democratic construction, a democratic building. I would also like to congratulate you – and to disagree with the Socialists – because I think it is a good idea to present five scenarios and not only one solution. The problem of the future of Europe is not the Commission and its view, it is not the European Parliament and its view, but is really the responsibility of the Member States and now the Member States, within their national parliaments and their national public opinion, will have to say what they want. They have to be confronted with their own responsibilities. I think that this is a very important step to bring transparency, democracy and legitimacy to this process of reforming the European Union in the near future. Finally, I would like to say that the EPP Group has approved its own strategy. We are totally committed to the idea of a social market economy, to innovation, development, growth, the creation of jobs and prosperity, and to moving forward in defence and security reforms that lead towards a kind of European defence union”.

Maria João Rodrigues (S&D) “Mr President, I would say that the problem is not that the Commission is coming forward with scenarios, because that is interesting. Nevertheless, the expectation will be of the Commission saying that we can consider these scenarios but that there is a choice, which is the choice the Commission is proposing. Why is that so? Because we are in such a situation, with these overlapping crises and these so-called existential crises, that the key question in the current situation is not whether we need to have better European solutions or to go backwards. This is not the central question. The central question is about how we can deliver better European solutions, because we have a majority in favour of better European solutions. I am sure that majority exists here in this House; I am sure, of course, it exists in the Commission; and I am sure that majority exists among European citizens. Why? Because it is evident that, in order to deliver better labour conditions and better large-scale investment, we need better European solutions. The same goes for trade, defence, security and migration. So let us focus the discussion on how to deliver these better European solutions. I hope this will be the central question for the period to come”.

Miguel Viegas (CEUE/EVN) “Senhor Presidente, este Livro Branco sobre o futuro da União Europeia parte de premissas erradas, parte de um diagnóstico errado da atual situação, que ignora as raízes da crise e do progressivo afastamento das populações face a este processo de integração. Hoje, camadas cada vez mais amplas da população e dos trabalhadores veem na União Europeia um problema e uma ameaça aos seus rendimentos e aos seus direitos. E este pensamento não decorre de nenhuma avaliação subjetiva – decorre da aplicação concreta das políticas da União Europeia, que impuseram aos povos da Europa os cortes salariais, os aumentos de impostos, as privatizações e a degradação das funções sociais do Estado. Ao mesmo tempo, esta mesma Europa favorece os grandes grupos económicos, com políticas à medida dos seus interesses. Aqui reside a causa do euroceticismo, mas também as razões da estagnação económica e do crescimento das desigualdades sociais. Sem reconhecer esta realidade, não haverá Livro Branco que possa resolver os problemas da Europa”.

Crianças refugiadas desaparecidas: os deputados pedem uma melhor protecção

Os deputados do Parlamento Europeu pediram a criação de ambientes seguros para as crianças refugiadas não acompanhadas, incluindo a nomeação imediata de tutores, linhas de apoio e uma maior cooperação transfronteiriça, no debate com o Comissário Dimitris Avramopoulos sobre o desaparecimento de crianças migrantes não acompanhadas na Europa.

Os deputados debateram também como facilitar o rastreamento das crianças, tirando fotos ou impressões digitais, e sublinharam que a luta contra os criminosos que as exploram deve ser intensificada.

Teme-se que algumas dessas crianças estejam sendo sexualmente exploradas por quadrilhas criminosas ou forçadas a mendigar ou cometer crimes. Outros podem ter desaparecido ao procurarem as suas famílias em outros países da UE ou por desespero devido a procedimentos de asilo pesados ou à detenção em centros de acolhimento. Cerca de 10.000 crianças refugiadas desacompanhadas desapareceram depois de chegarem na Europa, estimou a Europol em 2016.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Ana Gomes (S&D) *“Senhor Presidente, desde que a Europa o revelou, em janeiro de 2016, que, então, já 10 000 crianças migrantes e refugiadas haviam desaparecido em solo europeu, que fizeram a Comissão e o Conselho para proteger estas crianças e muitas mais não acompanhadas que chegam à Europa e impedir que caiam nas mãos de traficantes de seres humanos, predadores de todo o tipo e redes criminosas, incluindo terroristas?*

Na Suécia, há uns meses, polícias disseram-nos, contristados, que, se uma criança sueca desaparecesse, revolviam o país – mas, se fosse migrante ou refugiada, não havia meios.

Que Europa é esta em que, para tudo, os nossos governantes invocam razões de segurança, mas nela falham clamorosamente, falhando na recolocação e no reagrupamento familiar de refugiados, incluindo requerentes de asilo, incluindo menores, arrastando processos de nomeação de tutores, acesso ao ensino, aconselhamento legal, especializado e apoio psicológico, devolvendo crianças afegãs à procedência, a pretexto de que vêm de um “safe country”? De facto, assim, alimenta-se o negócio sinistro dos traficantes e põe-se em causa a nossa segurança coletiva”.

João Pimenta Lopes (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, escutámos as suas preocupações e prioridades espúrias e as intenções securitárias para resolver esta atroz realidade.*

Registamos como sacodem a responsabilidade da violação dos direitos das crianças, uma violação que se soma às muitas violações de direitos humanos que hoje ocorrem em solo europeu e que resultam das vossas criminosas políticas migratórias. Discutamos as causas deste flagelo. Discutamos como o Regulamento de Dublin e os objetivos da vossa revisão em curso do sistema de asilo desrespeita e impede o direito à reunificação e à vida familiar.

Falemos de como as vossas políticas de muros, de externalização de fronteiras, de retorno e de repulsão alimentam as redes de tráfico de seres humanos e a exploração sexual de mulheres e crianças. Rejeitamos a vossa histeria securitária, que privilegia a identificação, a recolha de dados dactilográficos desde os seis anos e até a detenção, imagine-se, ao invés de garantir o cumprimento dos direitos fundamentais da criança à proteção e à integração. Tenham vergonha, Senhor Avramopoulos”.

O Reino Unido deve obedecer às leis de livre circulação da UE até deixar a UE, dizem os deputados

Até que o Reino Unido deixe a UE, ele deve obedecer às leis da UE sobre livre circulação, disse a maioria dos deputados ao Parlamento Europeu em um debate plenário com a Comissão da UE. A Comissão Europeia deve assegurar que os direitos de livre circulação dos cidadãos da UE que vivem no Reino Unido sejam respeitados, acrescentaram. Muitos oradores sublinharam igualmente que os cidadãos da UE não deveriam ser utilizados como "moeda de troca" nas negociações do Brexit.

Os eurodeputados sublinharam a incerteza em que os 3,1 milhões de cidadãos da UE que vivem no Reino Unido foram deixados após o referendo de Junho de 2016 sobre a adesão à UE. Insistiram em que o direito destes cidadãos à livre circulação deve ser garantido desde que o Reino Unido continue a ser membro da UE e que os seus direitos adquiridos sejam respeitados mesmo depois de este ter partido. Destacaram igualmente a situação dos cidadãos britânicos que vivem em outros países membros da UE.

"A livre circulação é um dos direitos fundamentais da UE", afirmou a Comissária Vera Jourova, deixando claro que enquanto o Reino Unido for um Estado membro, todos os direitos e obrigações da UE continuam a ser aplicados. Concordou que os cidadãos da UE merecem segurança e equidade, mas recordou aos eurodeputados que não haverá "negociação (com as autoridades britânicas) antes da notificação" da sua intenção de deixar a UE.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"A liberdade de circulação e residência é um pilar fundamental da União. É a expressão maior da cidadania europeia. É o maior sucesso de e para os Europeus. É a maior conquista da Europa dos Cidadãos.*

Para um país como Portugal, que sempre se voltou para o exterior, esta conquista reveste particular importância. A números de 2015, são mais de duzentos mil os portugueses que vivem no Reino Unido e que, enquanto cidadãos europeus, puderam beneficiar - sem serem discriminados pela sua nacionalidade - de todos os direitos acessíveis aos Ingleses.

Assim, os relatos de que as autoridades britânicas estão a dificultar, por via administrativa, a residência de europeus, não pode passar impune. Por enquanto, o Reino Unido permanece um Estado-Membro de pleno direito e por isso tem de respeitar as regras comunitárias. Em nome dos Europeus, mas em particular dos milhares de portugueses que lá residem, este Parlamento tem de velar pelo estrito respeito dos direitos dos cidadãos europeus".

Ordem do dia 01 e 02 Março de 2017

► Quarta-Feira, 01 de Março

15:00 - 24:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Livro Branco sobre o futuro da UE - *Declaração do Presidente da Comissão*

Preparação da reunião do Conselho Europeu de 9 e 10 de março de 2017 - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Resolver a questão do desaparecimento de crianças migrantes na Europa - *Declaração da Comissão*

Disparidade salarial entre géneros - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Recente descriminalização parcial da violência doméstica na Rússia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Violações dos atuais direitos de livre circulação dos cidadãos da UE residentes no Reino Unido e o recurso à expulsão após seis meses - *Pergunta oral (O-000008/2017 - B8-0204/2017)*

Equilíbrio de género entre os juízes do Tribunal de Justiça - *Pergunta oral (O-000149/2016 - B8-0203/2017)*

Mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais e instrumentos não vinculativos no domínio da energia - *Relatório: Zdzisław Krasnodębski (A8-0305/2016)*

Opções para melhorar o acesso aos medicamentos - *Relatório: Soledad Cabezón Ruiz (A8-0040/2017)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Quinta-Feira, 02 de Março

08:30 - 11:20

Implementação do programa Europa Criativa - *Relatório: Silvia Costa (A8-0030/2017) 3*

Aplicação do programa Europa para os Cidadãos - *Relatório: María Teresa Giménez Barbat (A8-0017/2017)*

Breve apresentação do seguinte relatório:

Política comercial comum no quadro dos imperativos em matéria de preservação das espécies selvagens - *Relatório: Emma McClarkin (A8-0012/2017)*

11:30 - 13:30 VOTAÇÃO

Pedido de levantamento da imunidade de Marine Le Pen - *Relatório: Laura Ferrara (A8-0047/2017)*

Acordo Euro-Mediterrânico UE-Líbano (adesão da Croácia) - *Recomendação: Ramona Nicole Mănescu (A8-0027/2017)*

Acordo UE-Listenstaine sobre normas complementares relativas ao instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e de vistos - *Recomendação: Josef Weidenholzer (A8-0025/2017)*

Mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais e instrumentos não vinculativos no domínio da energia - *Relatório: Zdzisław Krasnodębski (A8-0305/2016)*

Obrigações em matéria de reciprocidade de vistos - *Propostas de resolução*

Opções para melhorar o acesso aos medicamentos - *Relatório: Soledad Cabezón Ruiz (A8-0040/2017)*

Implementação do programa Europa Criativa - *Relatório: Silvia Costa (A8-0030/2017)*

Aplicação do programa Europa para os Cidadãos - *Relatório: María Teresa Giménez Barbat (A8-0017/2017)*

Política comercial comum no quadro dos imperativos em matéria de preservação das espécies selvagens - *Relatório: Emma McClarkin (A8-0012/2017)*